

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão da Região Centro Oeste
Paulista - Sicredi Centro Oeste SP**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista -
Sicredi Centro Oeste SP
Marília - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 (a) às demonstrações financeiras, que descreve a aprovação e incorporação da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Central do Estado de São Paulo - Sicredi Centro Paulista SP e Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região da Nova Alta Paulista - Sicredi Nova Alta Paulista SP. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditória dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 14 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Representado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	217.308	107.407	CIRCULANTE	93.624	34.718
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	4.182	DEPÓSITOS	75.633	26.280
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		143.772	Depósitos à Vista	35.198	17.904
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		3	Depósitos a Prazo	40.435	8.376
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	143.769	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	426	3
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 05)	57.504	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	3
Operações de Crédito		62.722	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 11)	422
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(5.218)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	132	252
OUTROS CRÉDITOS		11.222	Recursos em Trânsito de Terceiros	132	252
Rendas a Receber		414	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	2.558	1.711
Diversos	(NOTA 06)	10.914	Empréstimos País - Outras Instituições	2.558	1.711
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(106)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.875	6.472
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	628	Cobrança e Arrecadação de Tributos	8	7
Outros Valores e Bens		556	Sociais e Estatutárias	1.006	598
Despesas Antecipadas		72	Fiscais e Previdenciárias	438	448
NAO CIRCULANTE		44.133	Diversas	(NOTA 13)	13.423
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		32.259	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	126.809	74.791
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 05)	32.256	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	126.809	74.791
Operações de Crédito		35.359	DEPÓSITOS	126.387	74.791
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(3.103)	Depósitos a Prazo	126.387	74.791
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	1	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	422	-
Diversos		1	Repasses Interfinanceiros	422	-
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.008	17.694
Despesas Antecipadas		2	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)	24.022
PERMANENTE		11.874	De Domiciliados no País	32.668	13.842
INVESTIMENTOS	(NOTA 08)	6.260	(Capital a Realizar)	(8.646)	(2.815)
Outros Investimentos		6.260	RESERVAS DE SOBRAS	16.187	4.252
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09)	3.755	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	799	(400)
Outras Imobilizações de Uso		6.706			
(Depreciação acumulada)		(2.951)			
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	1.859			
Outros Ativos Intangíveis		3.057			
(Amortização acumulada)		(1.198)			
TOTAL DO ATIVO	261.441	127.203	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	261.441	127.203

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	13.614	-	13.614	23.553	-	23.553	19.586	-	19.586
Operações de Crédito	13.614	-	13.614	23.553	-	23.553	19.586	-	19.586
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(8.870)	(15)	(8.885)	(17.091)	(23)	(17.114)	(14.588)	(18)	(14.606)
Operações de Captação no Mercado	(7.711)	(7)	(7.718)	(13.485)	(10)	(13.495)	(9.393)	(7)	(9.400)
Operações de Empréstimos e Repasses	(111)	(8)	(119)	(222)	(13)	(235)	(200)	(11)	(211)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.048)	-	(1.048)	(3.384)	-	(3.384)	(4.995)	-	(4.995)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.744	(15)	4.729	6.462	(23)	6.439	4.998	(18)	4.980
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.023)	578	(1.445)	(3.781)	901	(2.880)	(5.048)	770	(4.278)
Ingressos e Receitas da Prestação de Serviços	1.077	1.234	2.311	1.826	2.060	3.886	1.425	1.715	3.140
Rendas de Tarifas Bancárias	1.178	-	1.178	2.288	-	2.288	1.637	-	1.637
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.706)	(309)	(5.015)	(7.908)	(447)	(8.355)	(6.282)	(340)	(6.622)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(3.718)	(353)	(4.071)	(6.688)	(580)	(7.268)	(4.651)	(540)	(5.191)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(5)	(119)	(124)	(23)	(200)	(223)	(13)	(167)	(180)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.788	249	8.037	13.244	270	13.514	8.578	291	8.869
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(3.637)	(124)	(3.761)	(6.520)	(202)	(6.722)	(5.742)	(189)	(5.931)
RESULTADO OPERACIONAL	2.721	563	3.284	2.681	878	3.559	(50)	752	702
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5.362	(6)	5.356	5.317	(48)	5.269	582	(64)	518
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.083	557	8.640	7.998	830	8.828	532	688	1.220
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	96	96	-	-	-	-	(244)	(244)
Provisão para Imposto de Renda	-	52	52	-	-	-	-	(138)	(138)
Provisão para Contribuição Social	-	44	44	-	-	-	-	(106)	(106)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.083	653	8.736	7.998	830	8.828	532	444	976
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	830	(830)	-	444	(444)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.083	653	8.736	8.828	-	8.828	976	-	976
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.719)	-	(7.719)	(976)	-	(976)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(772)	-	(772)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(114)	-	(114)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.023)	-	(1.023)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(432)	-	(432)	(976)	-	(976)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(5.378)	-	(5.378)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.109	-	1.109	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP
 CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	12.911	5.477	(2.626)	15.762
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Outras destinações	-	-	25	25
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.630	-	-	1.630
Baixas de capital	(699)	-	-	(699)
Reversões de reservas	-	(2.201)	2.201	-
Resultado do período	-	-	976	976
Destinações	-	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	976	(976)	-
Saldos no final do período em 31/12/2015	13.842	4.252	(400)	17.694
Mutações do Período	931	(1.225)	2.226	1.932
Saldos no início do período em 01/01/2016	13.842	4.252	(400)	17.694
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Outras destinações	-	-	62	62
Saldo de Incorporação	10.838	5.102	28	15.968
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.669	-	-	1.669
Baixas de capital	(3.444)	-	-	(3.444)
Resultado do período	-	-	8.828	8.828
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.023	(1.023)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.117	-	(772)	345
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	432	(432)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	5.378	(5.378)	-
Saldos no final do período em 31/12/2016	24.022	16.187	799	41.008
Mutações do Período	10.180	11.935	1.199	23.314
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	13.992	4.252	(248)	17.996
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Outras destinações	-	-	2	2
Saldo de Incorporação	10.838	5.102	28	15.968
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	926	-	-	926
Baixas de capital	(2.851)	-	-	(2.851)
Resultado do período	-	-	8.736	8.736
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.023	(1.023)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.117	-	(772)	345
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	432	(432)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	5.378	(5.378)	-
Saldos no final do período em 31/12/2016	24.022	16.187	799	41.008
Mutações do Período	10.030	11.935	1.047	23.012

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.602	12.403	3.206
Resultado do semestre/exercício	8.736	8.828	976
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.866	3.575	2.230
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.168	2.480	1.764
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	56	57	5
Depreciação do imobilizado de uso	256	449	400
Amortização do intangível	523	601	145
Baixas do ativo permanente	38	38	1
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	60	63	(19)
Destinações ao FATES	(114)	(114)	-
Dividendos SicrediPar	(121)	1	(66)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	46.073	57.055	16.343
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.039	(1)	(1)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(44.149)	(47.649)	(4.603)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.527)	845	1
(Aumento) Redução em outros créditos	(5.992)	(6.215)	(864)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(48)	60	(325)
Aumento (Redução) em depósitos	87.275	100.948	20.875
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	42	(120)	192
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.186	847	32
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.247	8.340	1.036
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	58.675	69.458	19.549
Aquisição de Investimentos	(2.660)	(2.661)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.767)	(2.576)	(153)
Aplicações no Intangível	(1.208)	(1.473)	(463)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.635)	(6.710)	(616)
Integralização de capital	926	1.669	1.630
Baixa de capital	(2.851)	(3.444)	(699)
Distribuição de Sobras	2	62	25
Juros ao capital próprio	345	345	-
Patrimônio Líquido de incorporada	15.968	15.968	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	14.390	14.600	956
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	67.430	77.348	19.889
Caixa e equivalente de caixa no início do período	80.521	70.603	50.714
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	147.951	147.951	70.603

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/06/2001 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 01/11/2016, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar as seguintes cooperativas: Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Central do Estado de São Paulo - Sicredi Centro Paulista SP e Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região da Nova Alta Paulista - Sicredi Nova Alta Paulista SP.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	107.431	(24)	107.407
OUTROS CRÉDITOS	5.063	(24)	5.039
Diversos	4.843	(24)	4.819
Ativo Não circulante	19.772	24	19.796
OUTROS CRÉDITOS	-	24	24
Diversos	-	24	24
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e DESPESAS OPERACIONAIS	(4.278)	-	(4.278)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.199	(59)	3.140
Rendas de Tarifas Bancárias	1.578	59	1.637

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 06 de março de 2017.

a) Incorporações das Cooperativas: Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Central do Estado de São Paulo - Sicredi Centro Paulista SP e Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região da Nova Alta Paulista - Sicredi Nova Alta Paulista SP.

Em 01 de novembro de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária as incorporações da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Central do Estado de São Paulo - Sicredi Centro Paulista SP e da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região da Nova Alta Paulista - Sicredi Nova Alta Paulista SP. As incorporações foram realizadas com base em laudo de avaliação sobre o patrimônio líquido contábil emitido por auditores independentes, com data-base de 31 de outubro de 2016. As incorporações foram realizadas ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade.

Apresentamos abaixo os saldos incorporados em 31 de outubro de 2016 e que impactaram as Demonstrações financeiras da Cooperativa:

	Saldo de Incorporação
BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo circulante	105.579
DISPONIBILIDADES	2.727
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	53.050
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.687
OUTROS CRÉDITOS	4.841
OUTROS VALORES E BENS	274
Ativo Não circulante	4.844
PERMANENTE	4.844
INVESTIMENTOS	2.660
IMOBILIZADO DE USO	1.477
INTANGÍVEL	707
Passivo circulante	94.455
DEPÓSITOS	85.238
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.781
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	60
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	1.080
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.296
Patrimônio líquido	15.968
CAPITAL SOCIAL	10.838
RESERVAS DE SOBRAS	5.102
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	28

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	4.182	2.333
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	143.769	68.270
Total	147.951	70.603

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	57.157	30.212	87.369	45.928
Financiamentos	5.141	4.727	9.868	4.505
Financiamentos rurais e agroindustriais	424	420	844	-
Carteira total	62.722	35.359	98.081	50.433

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	8.182	1	8.183	4.013
Total	8.182	1	8.183	4.013

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	61.135	25.522	306	128
Nível B	1,00	15.323	9.446	153	94
Nível C	3,00	11.766	6.935	353	208
Nível D	10,00	7.969	5.866	797	587
Nível E	30,00	2.548	1.801	763	540
Nível F	50,00	2.438	814	1.218	407
Nível G	70,00	828	453	580	317
Nível H	100,00	4.257	3.609	4.257	3.609
Total (i)		106.264	54.446	8.427	5.890

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	2.171	19.328	19.495	20.038	61.032
Rural	-	-	424	420	844
Industrial	17	1.332	945	531	2.825
Comércio	341	4.764	3.757	4.200	13.062
Outros Serviços	743	6.927	10.660	10.171	28.501
Total	3.272	32.351	35.281	35.360	106.264
					54.446

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	11.407	10,73	7.429	13,64
50 devedores seguintes	19.584	18,43	10.258	18,84
100 devedores seguintes	16.823	15,83	8.576	15,75
Demais	58.450	55,01	28.183	51,76
Total	106.264	100	54.446	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	5.890	4.121
Constituição de provisão	3.384	4.995
Movimentação de baixados para prejuízo	(847)	(3.226)
Saldo final	8.427	5.890

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 936 (2015 - R\$ 1.703), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.135 (2015 - R\$ 5.928).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	48	45
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	987	469
Devedores por depósitos em garantia	1	60
Impostos e contribuições a compensar	178	3
Títulos e créditos a receber	8.182	4.013
Operações com cartões	93	81
Pendências a regularizar	372	106
Outros	1.053	42
Total Circulante	10.914	4.819

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	24
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	24

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	556	515
Imóveis	550	375
Veículos e afins	6	-
Bens em regime especial	-	140
Despesas antecipadas	72	62
Total Circulante	628	577

Despesas antecipadas	2	113
Total realizável a longo prazo	2	113

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.588	2.038
Sicredi Participações S.A.	2.668	1.560
Outras Participações e Investimentos	4	2
Sicredi Fundos Garantidores	4	2
Total	6.260	3.600

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	864.556 ON 1.803.586 PN	505.594 ON 1.054.642 PN	2 Quotas	2 Quotas
Percentual de participação	0,31%	0,19%	1,27%	1,45%
Capital social	869.279	804.351	165	138
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676
Valor de investimento	2.668	1.560	4	2
			3.588	2.038

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	6.706	(2.951)	3.755	1.665
Imobilizações em curso	-	1.024	-	1.024	65
Instalações	10%	2.613	(1.240)	1.373	856
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.398	(641)	757	427
Sistema de comunicação	10%	69	(31)	38	34
Sistema de processamento de dados	20%	1.492	(977)	515	255
Sistema de segurança	10%	110	(62)	48	28
 Intangível (i)	 5% a 15%	3.057	(1.198)	1.859	987
Investimentos Confederação		3.057	(1.198)	1.859	987
 Total		9.763	(4.149)	5.614	2.652

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	35.198	-	-	35.198
Depósitos a prazo	20.719	19.716	126.387	166.822
Total	55.917	19.716	126.387	202.020

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	422	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	422	-
Total circulante	422	-
 Recursos do Crédito Rural	 422	 -
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	422	-
Total exigível a longo prazo	422	-

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/10/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	2.558	1.711
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.558	1.711
Total circulante	2.558	1.711

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.388	219
Obrigações por convênios oficiais	69	1
Provisão para pagamentos a efetuar	1.904	1.150
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	82	19
Provisão para coobrigações (i)	3	-
Pendências a regularizar	824	5
Operações com cartões	8.080	3.754
Demais fornecedores	234	127
Credores diversos	839	144
Total circulante	13.423	5.419

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	-	53	-	53
Cível	19	28	(18)	29
Total	19	81	(18)	82

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	53	-
Cível	Provável	29	19
Total		82	19

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 79 (2015 - R\$ 56).

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	24.022	13.842
Total de associados	15.212	9.705

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.180 (2015 – R\$ 931), sendo R\$ 1.131 (2015 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 1.669 (2015 – R\$ 1.630), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.444 (2015 – R\$ 699). Além do aumento de R\$ 10.838 resultante da incorporação.

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 772, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 5.378 (R\$ 625 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Sendo que essa receita não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2016 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	8.828	1.220
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.708)	(512)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	9
Provisão resgate milhas cartão	3	51
Provisão de PPR	24	3
Receita com atos cooperativos	3.359	213
Juros sobre o capital próprio	324	-
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	10
Outros	(2)	(18)
Subtotal	3.708	268
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(244)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	143.769	68.270
Outros Créditos - Rendas a receber	213	103
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	1.244	504
Investimentos (Nota 08)	6.260	3.600
Intangível (Nota 09)	1.859	987
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	844	-
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	2.558	1.711
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	7.795	3.790
Receitas		
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	144	15
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	12.184	8.347
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 16)	5.378	625
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	235	211
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	364	286
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	5.420	4.833

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	40	0,11%	69
Depósitos a prazo	1.159	0,69%	3.815
Operações de crédito	267	0,27%	367

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.117	954

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 7.268 (2015 - R\$ 5.191), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	374	289
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.845	7.994
Reversão de provisões operacionais	1.129	269
Outras rendas operacionais	166	317
Total	13.514	8.869

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	332	305
Contribuição O.C.E.	37	33
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	992	1.198
Contribuição Confederação Sicredi	1.708	1.528
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	327	260
Contribuição Sureg	2.090	1.646
Encargos da administração financeira	64	53
Repasso Administradora de Cartões	208	143
Outras provisões operacionais	244	206
Outras despesas operacionais	720	559
Total	6.722	5.931

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	641	-
Total	641	-

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	40.130	17.438
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	16.187	4.252
Lucros acumulados	799	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	(400)
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	879	256
Total do capital qualificado	40.130	17.438
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	15.667	7.734
Índice sobre o PR considerando a RBAN	26,90%	23,67%
Situação para o limite de imobilização	4.739	2.398
Índice de imobilização (limite 50%)	11,81%	13,75%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Ildo Wilde
Diretor Executivo
CPF: 666.207.240-00

Charles André Fenske
Diretor de Operações
CPF: 044.453.609-45

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72